

## **Políticas Culturais para Cultura**

Mariana Sayad

Coordenação Técnica do Crie Políticas Públicas

O Crie Políticas Política é um projeto muito importante para política cultural do país, pois ele atua na base, ou seja, nos municípios brasileiros. O projeto atende especialmente os pequenos municípios, normalmente, são locais em que os gestores e gestoras trabalham de forma solitária nas secretarias ou departamentos de cultura. Esse é apenas um dos muitos desafios da gestão pública de cultura e, claro, tornou-se também um desafio do Crie Políticas Pública.

Iniciamos no início de 2024, em fevereiro com quatro municípios do estado de São Paulo para realizar uma versão piloto do projeto, em que rodamos a metodologia das consultorias. Nesse momento, conhecemos muitas realidades desafiadoras, que foram e ainda vão além do trabalho solitário da gestão municipal de cultura no Brasil.

Nosso desafio, passar as orientações da Política Nacional Aldir Blanc em seu primeiro ano, em que o PAAR (Plano Anual de Aplicação dos Recursos), atual PAR, era uma absoluta novidade na gestão pública de cultura. Afinal, estamos falando de uma política cultural de continuidade em uma pasta marcada pela descontinuidade de recursos. Para completar a missão, para a elaboração desse documento, os municípios precisavam realizar as escutas públicas, isto é, trazer a sociedade civil para ser ouvida e com poder decisão sobre a utilização dos recursos no setor cultural.

Depois da escuta pública, de transformar demandas em objetivos, metas e atividades para o Plano de Aplicação dos Recursos, ainda existia o desafio de envio por uma plataforma, na época a Transferegov. Tudo está tão dinâmico no setor, que já podemos falar da plataforma antiga, pois já temos uma novinha em folha para envio do PAR. Mas a primeira plataforma não era muito intuitiva, o que causou muita insegurança de enviar documentos de forma errada.

Perto do prazo do envio do Plano de Aplicação dos Recursos, muitos municípios não tinham enviado ainda e tínhamos a meta de enviar esse documento dos municípios atendidos pelo Crie Políticas Públicas. Um desafio enorme para um projeto em seu primeiro ano de execução, pois a Política Nacional Aldir Blanc também estava debutando.

Nosso outro desafio ainda maior ou tão grande quanto: Cultura Viva! Essa política nacional trabalha com a cultura de base dos municípios. É comum que os gestores e as gestoras de cultura tenham dúvidas sobre como ela funciona. Em linhas gerais, é o que alguns autores trazem como a democracia cultural. Esse conceito é essencial para a Cultura Viva, pois ele coloca a pessoa como protagonista, garantindo a todos e todas o direito a cultura. A democracia da cultura valoriza todas as culturas, sem hierarquização, por isso, ela tão importante para essa política.

A Cultura Viva fomenta e desburocratiza a criação de pontos de cultura, locais em que a cultura popular já acontece de forma espontânea, mais do que um local, é um lugar em que as memórias estão presentes, o afeto e as relações entre as pessoas. Mas para o poder público municipal, a palavra desburocratizar ainda é um paradigma, afinal, precisa ter um entendimento e até uma sensibilização do setor jurídico e da controladoria. Uma zona de conflitos e legislações que ultrapassam a questão cultural, mas que são essenciais para a transparência e a regularidade da utilização dos recursos públicos. Como dosar isso, a desburocratização sem perder o controle da utilização de verbas? Aí vive um dos desafios da Cultura Viva e dos pontos de cultura.

Como se esses desafios não bastassem, entre 2023 e 2024 tivemos grandes conquistas no setor cultural, com o Decreto de Fomento (Decreto nº 11.453/2023) e a aprovação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024). Legislações muito importantes, mas aqui tratadas como desafios, pois trouxeram novas regras para publicação de editais, monitoramento, trouxe um novo olhar para a prestação de contas dos agentes culturais para o ente público.

Todos esses desafios que falamos, são conquistas importantes, porém que precisam de conhecimento, capacitação para a gestão pública, maior articulação e diálogo entre as diferentes secretarias do setor público. Falando em conquistas, tivemos muitas delas nessa gestão municipal de cultura. Uma delas é sobre o planejamento estratégico, algo muito exigido na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), no Sistema Municipal de Cultura (SMC). Pensar a gestão pública de forma continuada.

Faz parte do planejamento estratégico, conhecer e diagnosticar os agentes culturais, os equipamentos culturais, as manifestações e as linguagens culturais e artísticas dos municípios. Essa exigência já se iniciou lá na LAB – Lei Aldir Blanc; depois na LPG - Lei Paulo Gustavo e se perpetuou no SMC e na PNAB. Com esse mapeamento e diagnóstico, os municípios olham para o setor cultural como um setor econômico, que

tem a cultura e a criatividade como ativos principais. Assim, é possível medir o impacto desse setor na economia ou melhor no desenvolvimento do município.

Outra grande conquista vem lá da Lei Aldir Blanc (LAB 1), ainda como algo emergencial, em que houve a transferência fundo a fundo, mostrando para quem ainda tinha dúvidas, a importância do Sistema Nacional de Cultura. A partir da LAB, depois com a LPG, a adesão ao SNC passou a ser entendida pelos municípios como algo importante. Com a PNAB, como algo não mais emergencial, mas sim perene, Sistema Municipal de Cultura ganhou força, especialmente pela necessidade da criação da conta do fundo de cultura para o recebimento do recurso a partir de 2027 e o protagonismo do Conselho de Cultura para ter a participação social no uso dos recursos. O Fundo e o Conselho são dois dos três componentes do CPF da Cultura, importante instrumento do Sistema Municipal de Cultura. O terceiro componente importante é o Plano de Cultura, importante ferramenta de planejamento da política cultural municipal.

O setor de política cultural é sempre muito dinâmico, por isso, há desafios e conquistas constantes para conseguir acompanhar e atender as demandas garantindo a transparência e a diversidade de ações culturais. A cultura é feita por pessoas, se relaciona com a história e fortalece territórios, por isso, o olhar do poder público precisa ser sempre mais cuidadoso e sensíveis às necessidades desse importante setor econômico do país.